

AMERÍNDIA 2010
PARA CONHECER E PROMOVER A CULTURA E OS DIREITOS DOS
POVOS INDÍGENAS

Robson Rodrigues()*
*Grasiela Lima(**)*

A **Ameríndia** é um evento realizado há 28 anos pelo CEIMAM – Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menéndez” – da FCL/Unesp-CAr, e que conta com a participação da Fundação Araporã nos últimos 16 anos, apresentando características bastante diversificadas, pois engloba atividades acadêmicas, artístico- culturais e político-pedagógicas. O objetivo principal é tornar conhecida a questão indígena no Brasil e contribuir para as discussões sobre a diversidade cultural e o respeito às diferenças, além de apoiar a luta dos povos indígenas pelos seus direitos.

São inúmeros os problemas brasileiros e, por conseguinte, a pauta de lutas e reivindicações para que possamos viver realmente num Estado Democrático e de Direito e, sendo assim, dentre tantas questões urgentes e que se relacionam à efetividade dos direitos humanos no Brasil, existem aquelas relacionadas aos povos indígenas.

Segundo a *Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas*, da ONU (2007), um dos pressupostos que fundamenta a mobilização dos governos e das entidades civis, tendo em vista a realidade vivida pelos indígenas em diferentes partes do mundo, é a preocupação com o fato de que “os povos indígenas têm sofrido injustiças históricas como resultado, entre outras coisas, da colonização e inalienação de suas terras, territórios e recursos impedindo-os de exercerem em particular seus direitos ao desenvolvimento em conformidade com suas próprias necessidades e interesses”.

Por outro lado, existe também a afirmação de que “todos os povos contribuem com a diversidade e riqueza das civilizações e culturas, que constituem o patrimônio comum de toda humanidade”.

Assim, o referido documento é considerado um modelo de inclusão dos povos indígenas ao tecido social maior dos Estados, mas respeitando-lhes os padrões culturais distintos, sistemas de autoridade e formas de ocupação de terras tradicionais.

São aspectos importantes a serem considerados na medida em que a mesma ONU divulgou, em janeiro do corrente ano, um relatório que faz um alerta sobre a

ameaça de extinção das culturas indígenas no mundo, afirmando que cerca de 90% de todos os idiomas indígenas vão desaparecer em 100 anos.

O Brasil é signatário da referida *Declaração*, integrando assim um consenso global que tem sido construído ao longo dos anos. Contudo, em relação ao nosso país, Marcos Terena, articulador dos direitos indígenas do Comitê Intertribal – Memória e Ciência Indígena, membro da Cátedra Indígena Itinerante e responsável pela divulgação do relatório no que diz respeito à situação brasileira, afirmou que existem no Brasil 233 sociedades indígenas, com 180 línguas e que ocupam 14% do território brasileiro. Contudo, pelo menos dois dados são muito preocupantes: aproximadamente 38% desta população vivem em situação de extrema pobreza, e o processo de demarcação de terras tem se caracterizado pela violência desmedida contra os indígenas.

Esses dados podem ser melhor compreendidos, quando analisamos outras fontes. Nesse sentido, e segundo informações do Instituto Socioambiental (ISA), os povos indígenas contemporâneos estão espalhados por todo o território brasileiro, sendo que vários desses povos também habitam países vizinhos, no caso de situação de fronteira. No Brasil, a grande maioria das comunidades indígenas vive em terras coletivas, declaradas pelo governo federal para seu usufruto exclusivo. As chamadas Terras Indígenas (TIs) que se somam, hoje, 650 áreas.

Até meados dos anos 70, acreditava-se que no nosso país o desaparecimento dos povos indígenas seria algo inevitável, porém o que a história contemporânea nos mostra é exatamente o contrário.

A população indígena total tem crescido nos últimos 28 anos, embora povos específicos tenham diminuído demograficamente e alguns estejam até ameaçados de extinção. Nos anos 80, verificou-se uma tendência de reversão da curva demográfica e, desde então, a população indígena no país tem crescido de forma constante, indicando uma retomada demográfica por parte da maioria desses povos.

Em estimativas feitas por diversos estudiosos, antropólogos, demógrafos ou profissionais de saúde, constata-se que a maioria dos povos indígenas tem crescido, em média, 3,5% ao ano, muito mais do que a média de 1,6% estimada para o período de 1996 a 2000 para a população brasileira em geral.

Para o ISA, os 233 povos indígenas no Brasil somam cerca de 600 mil pessoas (450 mil vivem em terras indígenas e em núcleos urbanos próximos e os outros 150 mil,

em grandes cidades), o correspondente aproximado a 0,2% da população total do país. Este, porém, é assunto sujeito a diferentes estimativas.

Como não há um censo indígena no nosso país, os cálculos globais têm sido feitos – seja pelas agências governamentais [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional do Índio (Funai) ou Fundação Nacional de Saúde (Funasa)], pela Igreja Católica (Cimi) ou pelo ISA – com base numa colagem de informações heterogêneas, que apontam para estimativas globais as quais oscilam entre 450.000 e mais de 700 mil.

Variam os critérios censitários e as datas; há povos sobre os quais simplesmente não há informações; sabe-se pouco sobre os índios que vivem nas cidades. Até o número de povos varia, seja porque índios isolados vêm a ser conhecidos, seja porque novos povos passem a reivindicar a condição indígena.

Sendo assim, coloca-se, por um lado, a necessidade urgente de se conhecer melhor os povos indígenas e, por outro, existe um descompasso imenso entre as prerrogativas da *Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas* e a realidade, fato que convoca toda a sociedade a se mobilizar para buscar os caminhos que suplantem esta contradição.

O mês de abril é uma referência na luta e maior visibilidade das questões indígenas, tendo em vista que 19 de abril é o “Dia do Índio”. A origem desta data remonta a 1940, onde foi realizado no México o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano, com a participação de várias autoridades governamentais dos países da América e várias lideranças indígenas que, num primeiro momento, haviam decidido boicotar o evento, não comparecendo nos primeiros dias do mesmo. Entendiam, naquele momento, que suas reivindicações não seriam atendidas pelos “homens brancos”, por conta da longa história de perseguição, agressão e dizimação dos indígenas no continente. Contudo, depois de um processo de negociações, as lideranças indígenas resolveram participar do Congresso no dia 19 de abril, que depois foi escolhido como a data símbolo voltada para a valorização da cultura indígena, momento de maior reflexão sobre a importância da preservação dos povos indígenas, da manutenção de suas terras e respeito às suas manifestações culturais.

A Ameríndia, portanto, é um evento que faz parte dessa grande mobilização internacional em prol da causa indígena, respeitando-se as especificidades do nosso país

e nossa agenda de prioridades. Em Araraquara, faz parte do calendário oficial do Município, a partir da Lei 6.856/2008, de autoria da ex-vereadora Edna Martins, o que demonstra que nossa cidade reconhece publicamente a importância do referido evento e que suas autoridades constituídas também assumem um compromisso de defender e promover concretamente esses direitos, tantas vezes violados. Direitos daqueles que são os descendentes dos primeiros habitantes de nossas terras, que sabiamente não se consideram seus donos, pois culturalmente não possuem esta visão de propriedade capitalista que a sociedade burguesa nos imprimiu, mas que consideram que a terra os pertence, são filhos da terra, que respeitam e cuidam, sendo grandes exemplos para aqueles que hoje advogam pelo desenvolvimento sustentável e a não agressão ao meio ambiente.

Nesse sentido, a perspectiva que fundamenta a visão e a prática político-pedagógica dos organizadores e participantes da Ameríndia 2010, está relacionada a quatro aspectos que se inter-relacionam: 1) *acadêmico*, na medida em que promove debates e a divulgação de pesquisas e trabalhos científicos; 2) *político*, tendo em vista a defesa dos direitos dos povos indígenas; 3) *pedagógico*, levando-se em consideração as iniciativas voltadas para a educação patrimonial e, finalmente, 4) *cultural e artístico*, no sentido de que promove a arte e a cultura indígena.

Dessa forma, a Ameríndia assume um papel importante em levar a pesquisa científica para um público diversificado, cumprindo, assim, a função social da universidade que se pauta pela pesquisa, ensino e extensão, fato que também está em sintonia com os objetivos do CEIMAM e da Fundação Araporã.

(*) Arqueólogo/Professor Doutor/Pesquisador
Centro de Estudos Indígenas "Miguel A. Menendez" - CEIMAM-FCL-UNESP/Campus Araraquara. Presidente do Conselho Administrativo da Fundação Araporã
(**) Socióloga/Professora Doutora das Faculdades Integradas de Jaú. Coordenadora Acadêmica da Faculdade Savonitti de Direito